



Multicom – Colóquios Multitemáticos em Comunicação, evento do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

Crítica de Mídia e ensino de Jornalismo – mesa vinculada à Rede Nacional de Observatórios de Imprensa – Renoi.¹

Prof. Dr. Victor Gentili (coordenador)²; profa. Ana Prado³; prof. Allan Novaes⁴; prof. Dr Cidoval Moraes de Sousa⁵

Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade da Amazônia, Centro Universitário Adventista de São Paulo, Universidade de Taubaté.

Resumo

A idéia central da mesa é reunir professores com experiência em atividades de Crítica de Mídia voltada especificamente para a formação de profissionais críticos e disponíveis para a crítica. A mesa integra-se à Rede Nacional de Observatórios de Imprensa e mantém vínculos com mesa semelhante com ênfase na metodologia. Reúne trabalhos de pesquisadores que buscam caminhos para incorporar a atividade de Crítica de Mídia como atividade regular do ensino de jornalismo e destacar suas características, suas especificidades etc.

Palavras-chave

Crítica de Mídia; ensino de Jornalismo; jornalismo brasileiro

¹ Mesa apresentada no Multicom – Colóquios Multitemáticos em Comunicação

² Jornalista formado pela Casper Libero. Professor da UFES, é Mestre e Doutor em Ciências pela ECA-USP. . Trabalhou no Diário Popular, O Globo e na imprensa capixaba. Fundador do Observatório da Imprensa, foi editor da área acadêmica e mantém colaboração regular. Em 2005, publicou pela Edipucrs o livro Democracia de Massas: jornalismo e cidadania. Foi fundador e primeiro diretor administrativo da SBPJor. É membro do Conselho Administrativo. Coordenou o GT de Jornalismo da Intercom de 1998 a 2001. Membro da Renoi.

³ * Jornalista formada em 1996 pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Professora do curso de Comunicação Social da Universidade da Amazônia - Unama, na qual desde 2002 coordena o curso de Comunicação Social. O curso é responsável pelo projeto da "Agência Unama de Comunicação pelos Direitos da Criança e do Adolescente", vinculada à Renoi. Participa da SBPJor, Intercom e Renoi. Vários artigos publicados.

⁴ Jornalista e especialista em Métodos e Técnicas de Docência Universitária pelo Unasp, mestrando em Comunicação para a Ciência na Umesp. Leciona Metodologia de Pesquisa e Políticas de Comunicação no Unasp (Centro Universitário Adventista de São Paulo) e atua, na mesma instituição, como coordenador da revista eletrônica de crítica de mídia Canal da Imprensa.

⁵ Cidoval Moraes de Sousa. Jornalista, doutor em Educação para as Ciências pela Unicamp, professor e pesquisador do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté, diretor de divulgação da ABJC. Meu e-mail: cidoval@unitau.br Participa da Renoi - Vale do Paraíba Paulista.



Texto 1

Crítica de Mídia e ensino do Jornalismo: uma relação necessária

Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa

A História dos cursos de Jornalismo no Brasil inicia-se em São Paulo, em 1947, quando da implantação do curso na Fundação Casper Líbero e, logo depois, na Universidade do Brasil (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Os primeiros currículos dos cursos de Jornalismo privilegiavam disciplinas técnicas, ainda que oferecessem algum conteúdo que reforçasse o conhecimento do aluno na área de humanidades. A proposta era ajudar a imprensa brasileira, que estava se profissionalizando e expandindo. As mudanças curriculares se sucederam nos anos seguintes e, em 1950, já encontraram doze cursos em funcionamento no país. Outras alterações que tornariam o curso de Jornalismo cada vez mais tecnicista se sucederam, principalmente a partir da instituição do primeiro currículo mínimo, em 1962.

Ética e Legislação, inicialmente abordadas em duas disciplinas distintas, fundiram-se somente a partir de 1966, com a Resolução Nº 20 do CFE, como disciplina instrumental ou especial. Pouco depois, com a vigência do estado autoritário e do AI-5, a estrutura dos cursos oferecidos pelas universidades fez com que essas se distanciassem, ainda mais, da realidade nacional.

As mais profundas alterações na estrutura dos cursos de Jornalismo ocorreram em 1969, com a edição de resoluções que tornaram o Jornalismo uma das habilitações dos cursos de Comunicação Social e transformaram sua grade curricular⁶. Influenciada pelo Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo – CIESPAL e pelo acordo MEC-USAID (United States Agency for International Development), a nova resolução estipulava uma formação técnico-profissionalizante cuja intenção era transformar os estudantes brasileiros em técnicos competentes, mas sem condições de questionar a estrutura social do país.

A consolidação dos cursos de formação superior em Jornalismo, na década de 70, modificou sensivelmente o perfil dos profissionais que atuam no mercado de trabalho, tornando indissociáveis a formação universitária e o profissionalismo. Em dezembro de 1977, com a criação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação – INTERCOM, impulsionou-se a discussão acerca da formação

6 NUZZI, Erasmo de Freitas. 40 anos de ensino de Jornalismo no Brasil: relato histórico. In: O ensino de Comunicação: análise, tendências e perspectivas. São Paulo, Abecom:ECA-USP, 1992.



jornalística. Logo depois, a lei nº 6.612, de 7 de dezembro de 1978, veio regular a profissão de jornalista, extinguindo o estágio legal e remunerado.

Em 24 de janeiro de 1984, o CFE fixou um novo currículo mínimo, dividiu os cursos de Comunicação Social em seis habilitações (Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Radialismo, Cinema e Produção Editorial), e, entre outras modificações, introduziu a produção obrigatória de jornais-laboratórios. Esta estrutura de ensino perdurou até o final dos anos 90, quando novas diretrizes foram estabelecidas pelo MEC. “Formar jornalistas críticos, éticos e competentes nunca foi uma tarefa fácil. A responsabilidade dos cursos é enorme: formar um profissional polivalente e ao mesmo tempo especialista, que atenda às demandas do mercado cada vez mais competitivo, além de criar alternativas ao próprio mercado, inovando na mídia, formato e linguagem para acompanhar as mutações da sociedade tecnológica e da informação”.⁷

Seguindo o indicativo da LDB, como relata GIACAGLIA E ABUD⁸, as universidades começaram a reforçar o pensamento reflexivo como forma de tornar os alunos aptos para o mercado de trabalho e, dentro e fora das salas de aula, desenvolveram projetos unindo a idéia de que teoria e prática devem estar em constante interação.

O contexto que se presencia, no entanto, mostra que o ensino do jornalismo tem se caracterizado pela dicotomia entre o saber sobre e o saber fazer. A pesquisa teórica e a produção crítica passam ao largo dos problemas da prática, como se esta fosse uma dimensão estranha ao pensamento, e respondem a perguntas formuladas em contextos alheios. Ao buscar a concepção de professores sobre sua atuação, ABUD⁹ percebe o descompasso entre teoria e prática que muitas vezes se encontra no trabalho docente:

“Tem-se percebido que o ensino e o próprio homem, que ensina e aprende, foram segmentados e fragmentados: (...) a matéria temática a ser ensinada, é uma parte de um todo que não se conhece mais, que não está mais presente, e que, concretamente, pode não se perfilar com os interesses gerais do aluno e com a formação de um profissional socialmente interessante”.

Mais adiante, a autora¹⁰ indica que o aperfeiçoamento do trabalho docente poderia se dar pela ampliação, aprofundamento e atualização da fundamentação teórica e prática da disciplina de que ele deve ter conhecimento consistente.

7 CALDAS, Graça e CAPRINO, Mônica. Formação do jornalista e reforma curricular: a experiência da Metodista. In: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, Volume XXIII, nº 2, julho/dezembro de 2000, Pág. 103.

8 GIACAGLIA, Giorgio Eugênio Oscare e ABUD, Maria José Milharezi. Desenvolvimento de projetos educacionais em sala de aula. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003, Pág 28.

9 ABUD, M. J. M. Professores de ensino superior: características de qualidade. Taubaté, Cabral Editora Universitária, 2001, p 13

10 Op. Cit. 2001, p 22



“Na dinamização de seus conhecimentos específicos, estabelece relações com o curso e com as demais disciplinas de sustentação e/ou continuidade, tornando claros e objetivos os componentes dessa multidisciplinaridade”.

Nas faculdades, os professores buscam oferecer por meio das disciplinas e das atividades laboratoriais, conhecimento do mundo e das redações suficiente para formar profissionais aptos a exercer dignamente a profissão de jornalista. O processo de aprendizagem, no entanto, divorcia a teoria da prática, pondo em risco e boa performance dos egressos.

A disciplina Ética e Legislação continua a ser, na maioria das escolas de Comunicação, a única oportunidade que o aluno tem de discutir o comportamento ético da categoria que irá integrar. Mas não basta manter em sua grade curricular apenas uma disciplina tratando da questão ética, pois isso limita a formação do aluno e não contribui para que tenha uma atuação profissional de qualidade.

Criados para serem instâncias privilegiadas para aquisição do conhecimento, os cursos de jornalismo têm desenvolvido, para cumprir sua função, projetos e atividades laboratoriais que propiciem a discussão da boa prática profissional. Como indica Christofolletti¹¹, desde o início do curso, o aluno deve ser incentivado a participar das discussões acerca dos limites éticos de sua atuação profissional, criando “atividades e ambientes de discussão ética profissional, cultivando uma cultura de pensamento e troca de informações, fortalecendo o senso crítico e encurtando a distância entre o aluno e o profissional”.

O professor pesquisador Eduardo Medisch, em seu trabalho sobre A filosofia de Paulo Freire e as práticas cognitivas no jornalismo¹², diz que é na perspectiva de uma “prática real” (enfrentando condições limitadas e “situações-limite”) que os futuros jornalistas poderão intervir em uma realidade que se apresenta como contraditória.

O posicionamento freiriano é de que a Universidade não estaria mais ensinando a “pensar certo” pois oferece um treinamento abstrato que, ao invés de usar o conceito como mediador da compreensão do concreto, limita-se a ficar na descrição deste conceito. Para o educador, somente o compromisso do pensamento com a prática estabeleceria, um “contexto teórico verdadeiro”, pois segundo Freire,¹³

“Uma das condições para que um fato, um fenômeno, um problema seja entendido em sua rede de relações, é que se torne, dialeticamente, um destacado percebido em si. Primeiro que o compreendamos como algo nele mesmo para

11 Op. Cit. 2003, pág. 86 e 87.

12 MEDITSCH, Eduardo. A filosofia de Paulo Freire e as práticas cognitivas no jornalismo Disponível em <http://www.jornalismo.ufsc.br/departamento/eduardo-meditsch.html>.

13 FREIRE, Paulo. Cartas a Cristina. Rio, Paz e Terra 1994: pág.226.



assim perceber que sua compreensão envolve suas relações com outros dados ou fatos”.

Os Meios de Comunicação podem atuar como motivadores do conteúdo de ensino, como ponto de partida mais dinâmico e interessante diante de um novo assunto a ser estudado, como é indicado por educadores a mais de uma década:

“Os Meios podem ser utilizados também como conteúdo de ensino, como informação, como forma de passar conteúdos organizados, claros e seqüenciados. (...) Eles não eliminam o papel do professor, ao contrário, ajudam-no a desenvolver sua tarefa principal, que é a de obter uma visão de conjunto, educar para uma visão mais crítica.”¹⁴

Mas não basta que as escolas utilizem os Meios de Comunicação. É preciso também que atuem como postos avançados de discussão sobre os meios, avaliando suas posturas e procedimentos técnicos e éticos, o que poderia ser feito se os cursos de comunicação se convertessem em observatórios dos meios, exercitando a crítica ao que lhe cerca.

O exercício da Crítica de Mídia na Universidade passa necessariamente pela inclusão da Internet como instrumental que favorece esta prática, oferecendo à sociedade a maior diversidade de opções de acesso e interatividade. Não se limita, portanto, a apenas criar condições para que os usuários debatam entre si, indo muito além das salas de bate-papo e dos grupos de discussão.

O trabalho de monitoração realizado pelas entidades de crítica de mídia é importante principalmente porque objetiva que a sociedade civil atinja sucessivos níveis de atuação, diminuindo cada vez mais a distância entre os poderes e a cidadania, até converter-se, ela própria, numa instância.

Texto 2

Crítica de Mídia como atividade pedagógica: a dificuldade da implantação; a realidade hoje

Prof. Dr. Victor Gentili

A crítica de mídia chegou no Brasil como atividade sistemática em 1975, quando Alberto Dines produz a coluna *Jornal dos Jornais*, na *Folha de São Paulo*. A coluna dura até a crise de 1977, mas teve uma influência marcante inquestionável. Tanto que, em 1989, doze anos depois do seu fim, quando a *Folha* cria a figura do ombudsman, a sua coluna dominical aparece e se mantém até hoje com a mesma apresentação e com a mesma localização no primeiro caderno do jornal até hoje. De 1977 até 1996, quando o

14 MORAN José Manuel. *Os Meios de Comunicação na Escola*, Série Idéias n.9. SP: FDE, 1994. Págs. 22 e 23.



Observatório da Imprensa é inaugurado na Internet, Alberto Dines fez colunas de crítica de mídia no Pasquim, na revista Imprensa e em outros veículos.

Em 1998, nos primórdios do Observatório, do qual tive a honra de ser quase um fundador, lancei, estimulado vivamente por Alberto Dines, a proposta da Rede Nacional de Observatórios, logo apelidada de Renoi. O texto foi para a edição de 5 de julho de 1978,(15) mas só foi dar frutos quase dez anos depois.

O que teria motivado tanta dificuldade?

Em dado momento, afirmo:

“A iniciativa agora proposta tem o inegável mérito de romper com os impasses que até hoje vinham se cristalizando na relação entre a Universidade e o mercado de trabalho. Todas as iniciativas anteriores ou ignoravam o mercado (quando muito tratando-o pejorativamente), ou reproduziam-no acriticamente e de forma caudatária.”

É provável que a realidade de 1998 ainda não estivesse madura para produzir este rompimento. É interessante observar que a produção de estudos, pesquisas sobre o jornalismo, em especial sobre o jornalismo brasileiro, seus vícios e suas virtudes, vem crescendo de forma gradual mas constante nestes últimos anos. Quando eu me referia a impasses que até então vinham se cristalizando, imaginava uma situação pronta para a mudança, mas na verdade tal cristalização ainda era marcadamente forte. Até hoje, a formação de professores de jornalismo enfrenta dificuldades pela pequena quantidade de cursos de mestrado com linhas de pesquisa específicas em Jornalismo. As pesquisas eram numerosas mas em sua grande maioria adaptavam-se a linhas de pesquisa de outros paradigmas e referenciais teóricos.

A rigor, até mesmo as reflexões teóricas sobre jornalismo praticamente não tinham bibliografia consistente em 1998. Ainda temos pouco, mas comparado com aquele período, houve um avanço significativo.

O debate das diretrizes curriculares só esquentaria (e esquentou para valer) a partir de 1999. Quando a proposta foi lançada, portanto, muitos tinham clareza do anacronismo do chamado currículo mínimo de 1984, mas as alternativas para alterá-lo ainda não estavam no horizonte.

¹⁵ O texto da proposta está acessível em
<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/mat050798a.htm>



Assim, a dualidade apresentada em 1998 ainda perduraria alguns anos até começar a mover-se. A esquizofrenia dos cursos continuava marcante. O aluno passava dois anos estudando Teoria da Comunicação, Sociologia, Antropologia, Economia, Psicologia etc e apenas mais tarde ingressaria na fase de domínio das técnicas profissionais do jornalismo.

O ensino profissional, assim, ainda era essencialmente reprodutor das formas tradicionais de ensino de jornalismo, praticamente sem qualquer visão crítica.

O jornalismo ainda não estava acostumado a conviver com a crítica.

E o ensino de jornalismo, igualmente tinha dificuldades de ousar, de tentar caminhos diferentes, de experimentar. E quando o fazia, a tendência a cair no experimentalismo vazio era enorme.

Em certo sentido, a própria concepção de jornalismo ainda era essencialmente simplificadora. Usava-se os velhos manuais norte-americanos ou obras que com maior ou menor originalidade tentava abrigar. Mas jornalismo era um processo de produção de informação para a sociedade.

Foi com a criação do Observatório e com a contundente afirmação de que jornalismo é serviço público, que marca o Observatório até agora que as coisas começaram a ser vistas de forma mais clara. Até porque, as explicações ideológicas para o comportamento dos jornais se bastavam. Ora, os jornais eram avaliados “in totum”, como produto ideológico e não havia quem se preocupasse em compreender os processos de produção da notícia, por exemplo.

As exceções não passavam disso mesmo: exceções!

Quem viveu aquele período mais intensamente certamente se recorda do silêncio da academia diante da ousada obra de Adelmo Genro Filho. (16) Hoje, é uma obra fundamental, seu autor dá nome ao prêmio de pesquisa da nossa recém criada Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), mas, na época, praticamente ninguém na academia se dignou a criticá-lo. Fizeram muito pior: ignoraram-no.

Era inconcebível pensar em teoria do jornalismo. E os jornais-laboratórios eram tanto melhores quanto mais reproduziam, de forma acrítica, o jornalismo que se praticava no país.

¹⁶ GENRO F., Adelmo. – O segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo, 2ª edição, Ortiz, 1989.



Não que tivéssemos um mau jornalismo. Mas se o jornalismo de hoje ainda é extremamente resistente à críticas, antes da consolidação do Observatório da Imprensa, tal circunstância era extremamente marcante.

Num outro momento do texto em que lancei a Renoi, em julho de 1998, escrevi:

A experiência de levar o olhar crítico de alunos e professores para o jornalismo efetivamente praticado em cada região traz uma dupla vantagem:

- não desvia o olhar do mercado;
- não abandona a indispensável função crítica da universidade - sem a qual os cursos se transformam em meros escolões de terceiro grau.

A criação da RENOI, no mesmo ano de 1998 em que os cursos de jornalismo passaram a ser avaliados pelo Exame Nacional de Cursos do MEC, inicia uma verdadeira nova etapa no ensino de jornalismo no Brasil.

Ao estimular a produção de crítica de mídia nas escolas, o Observatório da Imprensa avança em seus objetivos de permitir à sociedade civil um "controle do Quarto Poder". Escolas., professores e estudantes de jornalismo cumprirão, assim, uma ativa função cívica perante a sociedade civil.

A existência da Rede Nacional de Observatório hoje é um dado incontestável. Segundo levantamento feito no dia 21 de maio de 2006, chegou-se a dados inimagináveis há poucos anos:

- A Renoi está em nove estados e em todas as regiões brasileiras (SP, PR, SC, DF, ES, MG, PA, PB, SE).
- São 12 instituições superiores de ensino participantes da rede, sendo quatro públicas (UFES, UFSE, UnB, UEPG) e oito particulares (Estácio de Sá - BH, Univali, Unasp, USC, Unitau, Unama, Unilinhares, Unetri), mais o Projor, uma ONG.
- São 31 professores e pesquisadores envolvidos
- E mais de 220 alunos (bolsistas ou não)
- São 15 nós da rede
- A Renoi conta com sete observatórios consolidados (Monitor de Mídia, Análise de Mídia, Mídia e Política, SOS Imprensa, Canal da Imprensa, Observatorio da Imprensa, Agência Unama), seis em fase de consolidação (Estudos de Jornalismo Brasileiro, Grupecj, Laboratório de estudos de jornalismo, MonitorES Unilinhares, Renoi - Vale do Paraíba, Renoi - Uberlândia) e outros tanto sendo gerados nos próximos meses.

Há ainda muita desigualdade, em boa medida refletindo a desigualdade da própria imprensa brasileira, há ainda locais importantes para uma articulação mais consistente. Mas o fato é que agora o movimento parece irreversível. O ensino de jornalismo saiu do debate ideológico para refletir sobre a realidade concreta do jornalismo efetivamente praticado, sem perder o espírito crítico.

Nada mau para uma proposta que hibernou por alguns anos, mas, com a consolidação dos núcleos e GTs de Jornalismo, na Intercom e na Compôs, com o crescimento e consolidação do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo e com a criação da



SBPJor, agora pode manifestar-se claramente. Daqui para a frente a única alternativa é o crescimento, a consolidação, a troca de experiências.

Todos vamos tomar lições da experiência que acumularmos. Os jornais vão ter que aprender a tomar lições de estudantes.

Texto 3

Impressões sobre a experiência de um observatório de mídia na formação dos profissionais de comunicação

Ana Prado¹⁷

Introdução

O projeto da criação de um observatório de mídia na área da infância e adolescência vinculado ao curso de Comunicação Social da Universidade da Amazônia (Unama) nasceu juntamente com a reforma curricular que em 2003 pretendia implantar mudanças na estrutura de formação dos estudantes. Ao mesmo tempo em que foram introduzidas modificações na matriz curricular do curso, a proposta de um monitor de mídia ganhava espaço de discussão em alguns círculos do curso e da área de extensão da universidade. Em agosto de 2004, finalmente o projeto se materializou - a partir do financiamento da própria universidade e apoio do Unicef - e passou a ocupar um espaço no laboratório de Comunicação Social. Durante os primeiros seis meses, a Agência Unama sistematizou a metodologia de análise quantitativa e qualitativa do conteúdo coletado de jornais impressos, assim como a esquematização de um grande banco de dados com o material coletado. Além disso, após um ano de funcionamento, a equipe da Agência Unama - formada por uma professora do curso, dois jornalistas e estudantes bolsistas e voluntários - produziu o primeiro relatório com análise do material coletado¹⁸.

Nesse sentido, a idéia de produzir análises da cobertura dos jornais do Pará sobre infância e adolescência com a participação dos estudantes do curso tinha como motivação não só a necessidade de fomentar a formação crítica no alunado, mas suprir a completa carência de projetos dessa natureza no Estado, o que de certa forma dotou a

¹⁷ Jornalista, mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Professora Adjunta II do curso de Comunicação Social da Universidade da Amazônia – Unama, na qual também atualmente exerce a função de coordenadora do curso.

¹⁸ O relatório em questão foi elaborado em 2005 e está disponível para consulta on-line em <http://www.agencia.unama.br/>



experiência da Agência Unama de formato diferenciado daquelas agências que monitoram a cobertura jornalística sobre infância e adolescência meramente do ponto de vista quantitativo, pois além do acompanhamento da cobertura de mídia e sugestões de pautas junto aos veículos, o projeto da Unama pretende ser um espaço de produção de conhecimento, que envolve desde o desenvolvimento de metodologia para análise do conteúdo, passando por debates e grupos de discussão, até disponibilizar o grande banco de dados como fonte para a produção de vários tipos de estudos e projetos de investigação.

Para além do monitoramento

O Pará é o segundo maior do Brasil, com população estimada em quase sete milhões de habitantes. Entretanto, alguns indicadores sociais no Estado, no tocante aos que se relacionam às condições de desenvolvimento infanto-juvenil, preocupam. De acordo com levantamento do Unicef, essa Unidade da Federação ocupa o 23º lugar em Índice de Desenvolvimento Infantil, à frente apenas do Maranhão, Bahia, Acre e Alagoas¹⁹. Em contrapartida, 78% de seus domicílios possuem televisão²⁰.

Esse último dado poderia nos levar a acreditar na noção liberal de que basta ter acesso à informação para que seja formada uma opinião pública e com isso mudar cenários a curto e médio prazos. Além dessa idéia não se sustentar diante dos atuais estudos que envolvem jornalismo e opinião pública, pois se firma na hipótese de que são os meios e não os cidadãos que escolhem os temas de interesse público (MIRALLES, 2004), também no caso do Pará esbarra numa cobertura insuficiente, superficial, pouco comprometida com a defesa dos direitos da infância e da adolescência e profissionais que demonstram pouco conhecimento sobre o sistema de garantias (TORRES e MIRANDA, 2005), o que de longe deixaria qualquer leitura de mudança a partir apenas da agenda jornalística local sem perspectiva.

Acreditamos que a presença e a atuação da Agência Unama podem vir a introduzir mudanças nesse cenário, movendo temas que mobilizem a opinião pública.

De agosto de 2004 a agosto de 2005, cerca de 30 estudantes de jornalismo e publicidade e propaganda passaram pela Agência Unama como bolsistas e/ou voluntários. As

¹⁹ Dados constantes no Relatório do Unicef - Índice de Desenvolvimento Infantil no Brasil. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/lista_projetos03.htm. Consultado em 21.mai.2006.

²⁰ Dados disponíveis no Banco de Dados on-line do IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pa>. Consultado em 21.mai.2006.



primeiras impressões coletadas para este estudo, ainda em início, dão conta de uma mudança de perspectiva dos estudantes em relação à função como pessoas e como comunicadores.

“(…) minhas experiências pessoais e profissionais vêm amadurecendo consideravelmente devida à minha entrada na Agência Unama”. Uma das minhas maiores preocupações quando entrei na universidade era sobre a qualidade de minha formação e que tipo de profissional poderia ser. O trabalho de extensão universitária desenvolvido pela Agência permite que eu não seja mais um profissional mecanicista e um repetidor de valores sociais desgastados (...). Aprendo a ter uma visão jornalística sobre infância e a adolescência que faz a diferença na formação acadêmica.”²¹

Além disso, ao se encaminharem para estágios nas empresas de comunicação, boa parte deles se torna referência local para o tema infância e adolescência. E, ainda, os alunos que têm passado pela Agência apresentam desempenho acadêmico superior ao da média em sala de aula.

Considerações em aberto

Se a Agência Unama irá de fato contribuir para a formação de uma geração de comunicadores críticos e mobilizados para os direitos da criança e do adolescente só o tempo nos dirá. Temos a noção exata de que o que aqui apresentamos não nos leva a nenhuma resposta imediata. Porém, as primeiras impressões nos animam o suficiente para contabilizar em quantos anos teremos profissionais diferenciados o suficiente para produzir a necessária transformação que nossas infância e juventude merecem.

Referências:

MIRALLES, Ana M. **Periodismo, opinión pública y agenda ciudadana**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2004.

PRADO, Ana, TORRES, Vânia. A criança e o adolescente na mídia impressa de Belém: desinformação e superficialidade. **2º Congresso Brasileiro da Associação de Pesquisadores em Jornalismo**, Salvador: 2004

SILVERTONE, Roger. **Por que Estudar a Mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

TORRES, Vânia, MIRANDA, Luciano. **Infância e Adolescência na Pauta da Mídia: uma análise da cobertura dos jornais do Pará sobre a criança e o adolescente**. Belém: Unama, 2005.

Relatório do Unicef - Índice de Desenvolvimento Infantil no Brasil. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/lista_projetos03.htm. Consultado em: 21.mai.2006.

²¹ Depoimento do estudante Marcelo Oliveira, do 5º período de Jornalismo.



Texto 4

A necessidade do ombudsman na produção universitária dos cursos de Jornalismo: o caso *Canal da Imprensa*

Allan Novaes

Conquanto não seja consenso a obrigatoriedade do diploma para um jornalismo de qualidade, é fato que a formação universitária colabora para o aperfeiçoamento da práxis jornalística. Em um país que oferece 624 cursos de graduação em Comunicação Social, totalizando cerca de 25 mil alunos que, a cada ano, buscam conquistar uma vaga no mercado de trabalho, espera-se, portanto, que as escolas de Jornalismo cumpram o seu papel em formar bons profissionais. Ainda mais quando se leva em consideração que, entre outras dificuldades que a formação universitária apresenta à nova geração de jornalistas (como ausência de disciplinas práticas na grade curricular ou a predominância de cursos com grade curricular de tronco comum), uma das principais é a desonestidade intelectual das produções universitárias, isto é, o plágio.

São de caráter ético as motivações que levam Claude-Jean BERTRAND (1999 e 2002) a exaltar o papel da formação universitária na construção de uma práxis ética e competente. Para ele (1999, p. 155), as escolas de Jornalismo são soluções, em longo prazo, para a maioria dos problemas concernentes a qualidade dos serviços prestados pela mídia. A universidade para ele, é o espaço que fornece “cultura geral”, “conhecimentos específicos num setor” e uma “consciência deontológica²²” (1999, p. 155) aos futuros jornalistas.

Diante de tanta responsabilidade, não é suficiente que as escolas de Jornalismo promovam a construção de uma consciência deontológica apenas por meio de eventos de cunho teórico-reflexivo, como palestras, seminários, debates ou mesmo disciplinas sobre ética e responsabilidade social da mídia. Tais medidas são eficientes e necessárias, mas não são completas. Ao universitário é necessária uma iniciação mais prática no mundo da responsabilidade social da mídia. É preciso que, além de debates e discussões sobre as implicações morais e éticas da profissão, os cursos de Jornalismo familiarizem o universitário com os sistemas de responsabilização da mídia que eles entrarão em contato no mercado de trabalho.

Entre tantos sistemas de responsabilização que podem ser adaptados à produção acadêmica, o ombudsman é um dos mais eficazes para a fiscalização de qualidade do

²² A deontologia, no que se refere a mídia, é “um conjunto de princípios e de regras, estabelecidos pela profissão, de preferência em colaboração com os usuários, a fim de responder melhor às necessidades dos diversos grupos da população” (BERTRAND, 1999, p. 22).



fazer universitário, seja em jornais-laboratório ou mesmo observatórios de imprensa acadêmicos. Se aplicado à realidade acadêmica, o papel do ombudsman pode funcionar como um moderador ideal entre o monitoramento do aprendizado das técnicas da profissão e o controle ético e de qualidade da produção universitária.

O grande desafio das escolas de Jornalismo e de seus professores é agregar uma dimensão ética ao aprendizado técnico do ofício, adaptando boa parte dos MAS descritos por Bertrand à realidade acadêmica, como uma espécie de controle de qualidade da produção universitária de agências *júnior* de notícias, jornais-laboratório, telejornais, radiojornais, sites de crítica de mídia ou mesmo de pesquisas e análises de caráter científico sobre a imprensa.

Uma breve descrição e análise da implantação e funcionamento do cargo do ombudsman pelo *Canal da Imprensa*, revista eletrônica do curso de Jornalismo do Centro Universitário Adventista de São Paulo (Unasp), pode contribuir para se compreender melhor a necessidade e as vantagens do ouvidor de imprensa da produção universitária em jornalismo.

Idealizada pelo professor Ruben Dargã Holdorf e concebida pela primeira turma de Comunicação Social do Unasp, a primeira edição do *Canal da Imprensa* foi inserida na *web* em 21 de agosto de 2002. De natureza temática e com periodicidade quinzenal, ela é produzida inteiramente por alunos de Jornalismo do 2.º, 3.º e 4.º anos e sua proposta da revista é analisar a produção da mídia no Brasil e no exterior e fornecer aos alunos a capacidade de criticá-la responsabilmente, refletindo sobre a ética que envolve a práxis profissional do jornalista.

A 17.ª edição da revista marcou a estréia do primeiro ombudsman do *Canal*. O objetivo das colunas era corrigir erros textuais e minimizar sua frequência. Esse cargo foi desativado oito edições depois, por problemas técnicos, e só voltaria a ser ocupado novamente dois anos depois, por ocasião da 49.ª edição do *Canal*, publicada em 29 de setembro de 2005.

O retorno do ombudsman à revista eletrônica fazia parte de um novo projeto editorial e gráfico que o *Canal* assumira desde então. Com cerca de 150 acessos diários, em média, em com uma equipe de cerca de 30 pessoas, entre alunos, professores e colaboradores, a produção textual do *Canal* chegara a um número que fugia das possibilidades de uma fiscalização mais detida da revisão e da chefia de redação. O grande número de alunos envolvidos e de textos produzidos a cada quinzena impedia um monitoramento mais acurado e também uma assistência pedagógica mais individualizada. Juntamente com a



conquista de uma maior visibilidade nacional e mesmo internacional, veio a necessidade de se assumir uma responsabilidade daquilo que se escrevia. Dessa forma, a volta do cargo do ombudsman era um forte meio de maximizar a vocação didático-pedagógica do *Canal da Imprensa*.

A nova linha editorial da revista agora previa que o ombudsman atuasse não somente como revisor dos textos, mas também interferisse no processo de ensino-aprendizagem que o *Canal*, como laboratório, se propunha: além de erros textuais, o ombudsman também apontava falhas na apuração, na pesquisa, na entrevista e até mesmo debatia questões de ética jornalística. Além disso, estabeleceram-se também reuniões quinzenais de avaliação, nas quais o ombudsman criticaria a produção jornalística dos alunos individualmente, analisaria a qualidade da edição mais recente ou mesmo promoveria discussões que não seriam expostas no site.

A experiência da revista eletrônica *Canal da Imprensa* demonstra que a atuação de um ombudsman para fiscalizar a qualidade do fazer universitário traz inúmeros benefícios pedagógicos para os alunos, professores, instituição e sociedade. Dentre tantas vantagens, a primeira e mais importante delas é a capacidade que o ombudsman possui de construção de pensamento e conduta deontológica universitária.

Uma segunda vantagem da implantação seria a potencialidade que o possui de aprimorar a qualidade técnica da prática jornalística – o ombudsman pode, além de focar questões éticas e deontológicas, trabalhar também nos alunos o cuidado com a linguagem, a prevenção e correção de erratas, imprecisões, equívocos e falhas e promover o diálogo interno entre as partes da redação.

É importante mencionar que, tais vantagens concentram-se no fato do ombudsman ser também professor – pois este é o segredo que favorece o diálogo, o aprendizado e a correção das falhas.

Se o aluno sabe que um professor é ombudsman no veículo que escreve, poderá ter uma noção de responsabilidade social muito mais assimilada e a qualidade textual aperfeiçoada, além de poder utilizar as análises do ombudsman para crescimento pessoal, no sentido profissional e também pedagógico. (COSTA, 2005, p.44)

A figura do professor-ombudsman torna-se fundamental para uma simulação mais didática e responsável do ofício, proporcionando aos alunos referenciais mais seguros de técnica e ética. É por meio do ombudsman-professor que os alunos podem compreender sua responsabilidade diante da credulidade da população em geral e da fragilidade do maior bem do jornalismo: a credibilidade. Tais vantagens fazem do



ombudsman elemento indispensável do controle de qualidade da produção universitária, independente da natureza do veículo universitário. Até mesmo um site que se propõe a analisar a imprensa necessita ter sua produção avaliada, afinal de contas, qualquer veículo de crítica de mídia na esfera universitária é, antes de tudo, um laboratório.

Diante dessa realidade e dos primeiros passos que a Rede Nacional de Observatórios de Imprensa (Renoi) dá rumo a uma consolidação da crítica de mídia nas escolas de Jornalismo do Brasil, espera-se que a inserção do ombudsman tenha papel fundamental na definição das diretrizes metodológicas dos membros da rede, respeitadas as devidas modalidades e estruturas de cada veículo universitário.

A experiência do *Canal da Imprensa*, embora esteja sujeita a todas as limitações impostas a uma iniciativa recente e pioneira, demonstra que a implantação do ombudsman em veículos que compreendem produções universitárias, como jornais-laboratório, agências júnior de notícias ou sites de crítica de mídia é uma necessidade real e que ganha contornos de urgência diante dos desafios éticos que se apresentam à formação em jornalismo e à prática de crítica universitária de mídia.

Referências bibliográficas

BARBER, Carlos. Um centinela de los públicos em la redacción. Sala de Prensa, Cidade do México, ano 5, v.2, março de 2003. Disponível em: <http://www.saladeprensa.org>. Acesso em: 21 /05/06.

BERTRAND, Claude-Jean. **O arsenal da democracia: sistemas de responsabilização da mídia**. Bauru, SP: Edusc, 2002.

_____. **A deontologia das mídias**. 2.^a ed. Bauru, SP: Edusc, 1999.

COSTA, Cristiane. **De olho nos observatórios: um estudo comparativo das críticas de mídia do Observatório da Imprensa e do Canal da Imprensa**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, RJ, 2005.

HOLDORF, Ruben Dargã. **O ombudsman na educação: necessidade e vantagens de um profissional mediando os conflitos no Colégio Unasp**. Dissertação de mestrado. UNASP. Engenheiro Coelho, SP, 2005.

MACIEL, Roberto. Ombudsmen no mundo e no Brasil: da admissão de falhas à busca do aprimoramento. In: SÁ, Adísia; VILANOVA, Fátima; MACIEL, Roberto. **Ombudsmen, ouvidores: transparência, mediação e cidadania**. Fortaleza, Demócrito Rocha, 2004, p. 13-18.

_____. O programa de ombudsman do *O Povo*: opção pela transparência. In: SÁ, Adísia; VILANOVA, Fátima; MACIEL, Roberto. **Ombudsmen, ouvidores: transparência, mediação e cidadania**. Fortaleza, Demócrito Rocha, 2004, p. 19-50.